

**FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
(FEPEMG)**

**GRUPO DE TRABALHO TEMPORÁRIO (GTT)
ESCOLA CÍVICO-MILITAR**

**RELATÓRIO-SÍNTESE E PARECER FINAL
SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES
EM MINAS GERAIS, A PARTIR DE ANÁLISE DOCUMENTAL E ESCUTA DE
SEGMENTOS QUE O VIVENCIAM**

Celso Francisco Tondin (CRP-MG)

Fernanda Marçal (FEPEMG)

Geovanna Passos Duarte (AMIE)

Marco Aurélio Bizarria Werneck (SAAEMG)

Vauvenargues Lopes (CUT / MG)

**BELO
HORIZONTE/MG 2024**

Sumário

1	Introdução	3
2	Composição do GTT/ECIM	4
3	Cronograma de Trabalho do GTT	4
4	Legislações analisadas	5
5	Pressupostos deste GTT sobre as ECIM	5
6	Metodologia de Trabalho do GTT	6
7	Breve histórico das Escolas Cívico-Militares no Brasil e em Minas Gerais	7
8	Definições necessárias	11
9	Perspectivas de Especialistas em Educação e Análise da Realidade pelo Olhar Alheio	12
10	Desafios do GTT/ECIM e Resultados e Análise da Escuta dos Envolvidos nas Ecim	18
11	Parecer Final do GTT	18
12	Referências bibliográficas	20
	ANEXO A	22
	ANEXO B	28

1 Introdução

O Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais (FEPEMG) foi instituído pela Resolução SEE nº 2078 de 29 de março de 2012, com a finalidade de coordenar as conferências estaduais de educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover articulações necessárias entre os correspondentes fóruns de educação dos municípios mineiros.

Tal Fórum é composto por representantes de órgãos públicos, autarquias, entidades privadas e movimentos sociais.

Diante disso, seus membros foram acionados por questionamentos provenientes da comunidade escolar, no ano de 2019, para emitir um parecer sobre a implantação, nas escolas de Minas Gerais, do Programa das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Verificou-se, assim, a necessidade de buscarmos informações e fazermos uma análise desse modelo de política educacional e de suas implicações para o campo da educação pública como direito de todos, como também a possível interferência na gestão democrática das escolas públicas, do saber pedagógico e das finalidades da escola.

Essa necessidade dialoga com as atribuições do FEPEMG, definidas no artigo 2º da Resolução SEE nº 3.655 de 22 de novembro de 2017, especificamente, no que prevê o inciso I “participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política estadual de educação”. Desse modo, para dar resposta a tal solicitação, o Fórum deliberou, em sua reunião do dia 8 de outubro de 2019, a constituição de um Grupo de Trabalho Temporário (GTT). A finalidade desse grupo era analisar a situação real das escolas que foram submetidas ao Programa Cívico-Militar pelo Governo Federal.

No entanto, com o estabelecimento da condição mundial de alerta à pandemia da Covid-19, os trabalhos ficaram parados. À época, o GTT tinha uma outra composição, que precisou ser alterada devido às mudanças naturais ocorridas no FEPEMG.

No dia 11 de abril de 2024, em reunião da Plenária do FEPEMG, foi alterada a composição do GTT, agora com novos representantes – uma vez que a maioria dos membros anteriores eram pertencentes a entidades que passaram por novas eleições, o que modificou seu quadro de representantes.

Nessa nova composição, houve, ainda, mudanças em relação ao objeto de estudo e análise. Primeiro, com a chegada, no Governo Federal, de um novo presidente da república, que revogou o Decreto nº 10.004 de 5 de setembro de 2019, que instituiu o Pecim e disciplinava a adesão dos entes federativos ao modelo de Escolas Cívico-Militares – ECIM; segundo, com a edição da Resolução Conjunta SEE/CBMMG n.1 de 30/01/2024, que "Institui a Política Educacional de Gestão Compartilhada: Escolas Cívico-Militares pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE/MG e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG." Ou seja, fica, agora, a cargo dos governos estaduais e municipais dar continuidade ao programa, porém, sem a sustentação legal do Governo Federal, foi necessário redirecionar

os trabalhos, atualmente, em torno daquelas escolas estaduais ou municipais que estabeleceram novos arranjos normativos e mantiveram o programa em suas escolas.

Desse modo, este documento apresenta o resultado das análises e dos estudos do GTT/ECIM, incluindo uma proposta de parecer ao final, para que seja apreciada pela plenária do FEPEMG. Nesse contexto, este relatório está organizado em onze partes e dois anexos. As três primeiras dão informações gerais, como uma pequena introdução sobre as motivações do GTT/ECIM, a composição do grupo e o cronograma de trabalho do GTT; a quarta lista legislações pertinentes ao assunto e usadas como referência de estudos; quinta e sexta partes descrevem a metodologia e os pressupostos criados; a sétima narra a história das Escolas Cívico-Militares no Brasil e aborda legislações dos Programas Cívico-Militares Federal e Estadual; a oitava define alguns conceitos necessários à leitura deste relatório; a nona faz uma breve análise do posicionamentos de pesquisadores e especialistas da área educacional, a partir de suas expectativas e avaliações sobre as Ecim; a décima enumera os desafios do GTT/ECIM durante seu trabalho sobre a questão aqui tratada e a última parte apresenta uma proposta de parecer para a apreciação do FEPEMG.

2 Composição do GTT/ECIM¹

O GTT/ECIM, atualmente, é composto pelas seguintes representações do FEPEMG:

- Associação Mineira de Inspectores Escolares – AMIE: representada por Geovanna Passos Duarte;
- Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG: representada por Vauvenargues Lopes;
- Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais – CRP-MG: representado por Celso Francisco Tondin;
- Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Minas Gerais – SAAEMG: representado por Marco Aurélio Bizarria Werneck;
- O GTT é auxiliado pela secretária-executiva do FEPEMG, Fernanda Marçal;

Fizeram parte da primeira fase do GTT os seguintes membros: Edna Borges (ANPED), Ellen Vieira (FETAEMG), Feliciano Alves do Vale Saldanha (FITE), Galdina de Souza Arrais (UNCME-MG), João Batista da Silveira (SAAEMG), José Natal de Amorim (Campanha Nacional pelo Direito à Educação), Márcia Reis (secretária do FEPEMG), Miguel Almeida (ALMG) e Patrícia Pereira (FMEC).

3 Cronograma de Trabalho do GTT

O GTT/ECIM reuniu-se ordinariamente às quintas-feiras, às 15 horas.

¹ Grupo de Trabalho Temporário das Escolas cívico-militares.

4 Legislações analisadas

Foram estudadas e analisadas, por este GTT, as seguintes legislações acerca do processo de implantação do modelo de escolas cívico-militar:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999.
- Resolução SEE nº 2078 de 29 de março de 2012
- Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019.
- Emenda Constitucional 10, de 3 de julho de 2019.
- Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.
- Portaria nº 2.015 de 20 de novembro de 2019
- Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023.
- Resolução Conjunta SEE/CBMMG n.1 de 30/01/2024

5 Pressupostos deste GTT sobre as ECIM

Antes do início dos trabalhos em busca de elucidarmos o que eram as Escolas cívico-militares – ECIM, buscamos informações por meio das legislações de implantação de algumas reportagens que eram veiculadas na imprensa. Além disso, encontramos também alguns trabalhos acadêmicos e manifestações diversas sobre essas escolas. Alguns questionamentos foram tomando forma nas discussões, como: a quem interessa a militarização²? Quem são seus maiores beneficiados? Por que militarizar algumas escolas e não investir numa política educacional para toda a rede estadual? A partir dessas leituras, e na intenção de direcionar os nossos trabalhos, tomamos como base alguns pressupostos que retiramos das leituras dos materiais que fizemos e das várias declarações encontradas em diversas mídias, feitas por educadores, parlamentares e docentes de um modo geral. Abaixo, elencamos alguns desses pressupostos que nos propusemos a refutar ou confirmar, de acordo com nossas análises:

- a) "É um projeto que visa atender uma ideologia partidária, cuja natureza se ancora na crença de que a educação é um processo de disciplinamento dos corpos". (vide art. da Resolução Conjunta SEE/CBMMG n.1 de 30/01/2024 *in verbis*:

Art. 3º – A Política Educacional de Gestão Compartilhada: Escolas Cívico-Militares tem como objetivo o diálogo e o planejamento, entre escola estadual e os militares do CBMMG, nas ações de formação integral, cívica e cidadã do estudante, mediante o

² A crescente “onda” de transferência das escolas estaduais para a Polícia Militar no Brasil.

desenvolvimento de atividades, que abranja aspectos comportamentais, atitudinais, democráticos, éticos e morais.;

- b) "São escolas localizadas em comunidades carentes de alta vulnerabilidade econômica e social, com histórico de violência na comunidade, tráfico de drogas e consequentemente violência na escola e contra escola" (a título de exemplo: Escola Estadual dos Palmares; Escola Estadual Princesa Isabel; Escola Estadual Padre José Maria de Man; Escola Estadual Olímpia de Brito; Escola Estadual Cônego Osvaldo Lustosa; Escola Estadual Wenceslau Braz; Escola Estadual Assis Chateaubriand; Escola Estadual Professora Lígia Maria Magalhães; Escola Estadual Governador Bias Fortes;
- c) "A adesão a essas escolas, na maioria das vezes, é feita sem muita discussão por parte da comunidade, sem o devido contraditório, conduzida por políticos alinhados a uma ideologia política e sem um número expressivo de participantes no processo";
- d) "Não é exigida, na Resolução Conjunta SEE/CBMMG n.1 de 30/01/2024, qualquer formação adicional ao militares relativa à formação pedagógica";
- e) "Há relatos de intervenção policial nas escolas nos casos de indisciplina, com violência desproporcional em relação a fatos ocorridos na escola, proibições relativas a tipos de visuais de cabelo, tatuagem no corpo e *piercing*, bem como restrição do uso de bonés, por parte dos militares que compõem o quadro da escola";
- f) "Segundo o Memorando-Circular n. 17/2024 - SEE/SB, foi autorizado um especialista de 40 horas, além do comporta, para acompanhar as ações³ da ECIM, contrariando a isonomia das escolas";
- g) "Há relatos de extrema dificuldade de se obterem informações com a direção das ECIM, relativas ao andamento da escola, sua parte pedagógica, o funcionamento de sua disciplina";
- h) "Os militares que são chamados para compor o quadro das escolas recebem salários superiores aos docentes e, às vezes, até maiores do que o recebido pelos diretores".

6 Metodologia de Trabalho do GTT

Como metodologia de trabalho, o GTT optou por dois métodos que se complementam: o primeiro, constituído por entrevistas aos Analistas Educacionais/Inspetores Escolares da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais- SEE/MG – suas percepções, observações e dados, referentes ao processo de implantação das ECIM instituídas pelo Decreto nº 10.004,

³ "Informamos que as Escolas Cívico-Militares seguirão o comporta da Resolução SEE nº 4925, de 14 de novembro de 2023, conforme quantitativos de turmas e de estudantes matriculados. Como já informado no Memorando-Circular nº 5/2023/SEE/SB está autorizado, 1 (um) Especialista da Educação Básica, além da comporta, com carga horária de 40 horas semanais, para o acompanhamento das ações referentes à Política Educacional de Gestão Compartilhada: Escolas Cívico-Militares." (Memorando-Circular n. 17/2024 - SEE/SB p. 02).

de 5 de setembro de 2019, que foi revogado, e a continuidade dessas unidades pela SEE/MG e as Secretarias Municipais de Ensino – SME. O segundo método consistiu na elaboração e aplicação de questionários direcionados a cada um dos grupos das comunidades escolares respondentes: diretores, docentes e discentes.

Quanto ao primeiro método, foram ouvidos, em reunião extraordinária, sem elaboração antecipada de questionários, os Analistas Educacionais/Inspetores Escolares responsáveis, atualmente, por acompanhar⁴ uma ECIM na região metropolitana de Belo Horizonte (doravante denominado “inspetor 1”) e dois inspetores responsáveis por distintas regiões do interior do Estado de Minas (respectivamente, denominados “inspetor 2” e “inspetor 3”). As perguntas direcionadas aos Analistas Educacionais/Inspetores Escolares e suas respostas seguem no anexo A. No caso dos Analistas Educacionais/Inspetores Escolares, a nova realidade escolar foi vivenciada a partir da publicação da Resolução Conjunta SEE/CBMMG nº 01 de 30/01/2024 que "Institui a Política Educacional de Gestão Compartilhada: Escolas Cívico-Militares pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE/MG e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG."

Em relação à amostragem de respostas aos questionários elaborados, foi escolhida uma unidade da ECIM pertencente à região metropolitana de Belo Horizonte e duas unidades de ECIM pertencentes a localidades diferentes de Minas Gerais. As perguntas constantes nesses questionários estão localizadas no anexo B.

7 Breve histórico das Escolas Cívico-Militares no Brasil e em Minas Gerais

O processo de militarização das escolas públicas iniciou-se no fim dos anos de 1990, em Goiás, sob apoio para implantação e expansão do então governador Marcone Perillo (PSDB)⁵. Desse modo, nos três mandatos do representante, expandiu-se tal processo.

No entanto, em 2018, após eleição do capitão reformado do exército, Jair Messias Bolsonaro, como presidente do país, a militarização escolar ganhou espaço nacional. Com um novo enfoque para a política educacional do Brasil, esse governo reestruturou o Ministério da Educação e criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Secim)⁶, responsável por fomentar o modelo de escolas cívico-militar (ECIM) em todo o país. O objetivo era que, até 2022 – fim do mandato do referido presidente, houvesse implantadas 216 Ecim. Segundo a subsecretária da Secim, Márcia Amarílio, o novo modelo foi instalado sob demanda e pretendeu

⁴ Sobre o trabalho de entrevista com esses inspetores, é necessário elucidar que há um rodízio, uma dinâmica, em que cada um deles reveza com outros colegas, nas escolas que inspecionam, em ciclos de três anos. Desse modo, as respostas obtidas pelo GTT podem apresentar uma visão parcial da realidade vivenciada.

⁵ Marconi Perillo é filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e exerceu o cargo de governador do estado de Goiás nos seguintes mandatos: 1999 a 2002; 2003 a 2006; 2011 a 2014; e 2015 a 2018. Atualmente, é presidente do PSDB.

⁶ Decreto federal 9665, de 02 de janeiro de 2019.

resgatar a disciplina e a organização, principalmente nas escolas públicas de maior vulnerabilidade social. Declarou à época ainda que (Portal MEC, 2019):

Com o modelo cívico-militar, a escola muda o uniforme e sua infraestrutura, ou seja, as instalações físicas para atender ao programa, e também a gestão administrativa, que passa a ser feita pelos militares. A gestão da organização didático-pedagógica continua sendo desempenhada pelos professores civis. (s./p.)

Antes do trecho recortado, a declaração que antecede diz respeito à implantação do PECIM em "escolas públicas de maior vulnerabilidade social". É um ponto importante, porque vulnerabilidade social é uma expressão genérica, em que podem caber muitas coisas: de que vulnerabilidade social estamos falando? Afinal, podemos falar da vulnerabilidade das famílias em termos financeiros, em termos de proteção social; quanto à possibilidade de deslocamento, quanto aos acessos a saúde, emprego e segurança. Podemos falar da vulnerabilidade social da escola, uma vez que, infelizmente, essa é uma política da administração das redes de ensino: fazer um investimento maior nas escolas que são casos de sucesso, deixando as escolas próximas às periferias com menos investimento. A escolha por "*escolas públicas de maior vulnerabilidade social*" nos parece "ter a ver" com a entrada indireta das forças de segurança pública na comunidade, o que é corroborado na análise do excerto, pois deixa claro que o "modelo cívico-militar" trará mudanças no "uniforme e infraestrutura" da escola e a gestão administrativa passa a ser feita "pelo militares".

O Decreto federal n. 9.665 de 02 de janeiro de 2019 no inciso XVI art. 11 estabeleceu que competia à Secretaria de Educação Básica:

XVI - promover, fomentar, acompanhar e avaliar, por meio de parcerias, a adoção por adesão do modelo de escolas cívico-militares nos sistemas de ensino municipais, estaduais e distrital tendo como base a gestão administrativa, educacional e didático-pedagógica adotada por colégios militares do Exército, Polícias e Bombeiros Militares.

Ao possibilitar a "adesão do modelo de escolas cívico-militares", o governo pavimentou seu caminho com ações que antecederam a publicação do decreto de criação do programa. O próximo passo foi legitimar a ação dos militares nas unidades de ensino, o que se deu através da alteração do Decreto nº 88.777/1983 com a publicação do Decreto nº 9.940/ 2019 pelo Ministério da Defesa, no qual ficou determinado no artigo 21 § 1º que:

São ainda considerados no exercício de função de natureza policial-militar ou bombeiro-militar ou de interesse policial-militar ou bombeiro-militar, na forma prevista na legislação federal e estadual aplicável, os policiais-militares e bombeiros-militares da ativa nomeados ou designados para:

[...]

10) as instituições de ensino públicas do sistema estadual, distrital ou municipal de educação básica com gestão em colaboração com a Polícia Militar ou com o Corpo de Bombeiros Militar [...]

Essa alteração permitiu que os "policiais-militares" e "bombeiros-militares" da ativa pudessem ter funções no "ensino público estadual, distrital ou municipal". Em 2019, na união entre os Ministérios da Educação e da Defesa, Jair Bolsonaro assina o decreto nº 10.004/2019 de 05 de setembro de 2019, que criou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). O PECIM, segundo a declaração da Subsecretária da SECIM, tinha a intenção de alterar o currículo das ECIM, conforme entrevista concedida ao portal MEC por Márcia Amarílio (MEC, 2019):

O conteúdo que é aplicado a essas escolas cívico-militares são voltados ao civismo, ao patriotismo, à hierarquia, à disciplina, à ordem unida, ou seja, mostram como pensar no coletivo. Acreditamos que esse modelo, o de educar com esses valores, civismo, patriotismo, faz com que o cidadão passe a ter consciência do seu papel dentro da sociedade. E é isso que faz mudar uma nação.

Ao que parece, a ideia inicial era mexer no currículo dessas escolas, o que não foi concretizado com a publicação do Decreto, que abre um leque de possibilidades, mas sem alterar o currículo. O PECIM foi desenvolvido pelos Ministérios da Educação e da Defesa para ser implementado colaborativamente com estados, municípios e Distrito Federal por meio de ações destinadas ao incentivo e ao fortalecimento das Escolas Cívico-Militares (Ecim), uma vez que consta em seu decreto de criação, no artigo 2º, que, entre seus princípios, está “a promoção de educação básica de qualidade aos alunos das escolas públicas regulares estaduais, municipais e distritais”.

Não é objeto deste relatório fazer a análise completa do Decreto de criação do PECIM, porém vale destacar o art. 13, que trata do público-alvo do PECIM:

Art. 13. O Pecim tem por público-alvo:
 I - alunos matriculados em escolas públicas regulares estaduais, municipais e distritais de ensinos fundamental e médio; e
 II - gestores, professores e demais profissionais das escolas públicas regulares estaduais, municipais e distritais de ensinos fundamental e médio.
 Parágrafo único. No Pecim, serão priorizados os alunos, os gestores, os professores e os demais profissionais das escolas públicas regulares em situação de vulnerabilidade social.

Esse artigo do Decreto corrobora a entrevista dada pela Subsecretária da SECIM em relação às "escolas públicas regulares em situação de vulnerabilidade". Como já foi mencionado acima, resta saber de que vulnerabilidade social estamos tratando.

Outra questão diz respeito a colocar os "gestores, professores e demais profissionais" como público-alvo. Sobre isso: o Ministério da Educação (MEC) aprovou a Portaria nº 2.015 de 20 de novembro de 2019, na qual define, no artigo 1º, que: “Ficam estabelecidas as normas para a execução do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar – ECIM nos estados, nos municípios e no Distrito

Federal”. Embora não encontremos, nas legislações, a subsecretária da Secim, Márcia Amarílio, declarou em entrevista (MEC, 2019):

Vamos oferecer cursos de capacitação para os militares justamente nessa área de gestão escolar, bem como para os professores civis, porque eles também precisam se adaptar a esse novo modelo. Acreditamos que esse tipo de capacitação vai minimizar esse embate, ou seja, o militar vai passar a entender melhor sobre a comunidade escolar e o civil vai entender melhor como funciona o militar. Isso vai trazer uma harmonia para dentro do sistema. (s./p.)

O decreto foi exarado em consonância com as diretrizes do Pecim, que estabelece em seu artigo 5º do decreto nº 10.004/2019 de 05 de setembro de 2019 que o “emprego de oficiais e praças das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, para atuarem nas áreas de gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa.”

Os propósitos do programa, quando implantado, seriam, segundo o artigo 4º do decreto nº 10.004/2019 de 05 de setembro de 2019 os de “contribuir para a implementação de políticas de Estado que promovam a melhoria da qualidade da educação básica, com ênfase no acesso, na permanência, na aprendizagem e na equidade” e de “contribuir para a redução da evasão, da repetência e do abandono escolar.”

Em 19 de julho de 2023, por meio do Decreto nº 11.611 de 19 de julho de 2023, o presidente em exercício Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho e o Ministro da Educação Camilo Sobreira de Santana revogaram o decreto criador do PECIM. O ministro orienta, em Ofício Circular nº 4/2023/GOGEF/DPDI/SEB/SEB-MEC, o progressivo encerramento do programa, determinando a desmobilização do pessoal das Forças Armadas que atuam segundo aquele e elaboração de estratégias para reintegração das Unidades Educacionais pelas respectivas Secretarias de Educação.

Ainda que tenha ficado claro, por meio da edição do Decreto nº 11.611 de 19 de julho de 2023 e do Ofício Circular nº 4/2023/GOGEF/DPDI/SEB/SEB-MEC – que estabelece, entre outras coisas, que a política pública educacional das ECIM não fariam parte da nova gestão, alguns Estados e municípios editaram normativa própria para dar continuidade à política pública da oferta das ECIM. Um exemplo é Minas Gerais, que exarou a Resolução Conjunta SEE/CBMMG n.1 de 30/01/2024.

A SEE/MG publicou a Resolução Conjunta SEE/CBMMG nº 01 de 30/01/2024, com o CBMMG – Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, que, também em seus primeiros artigos, determina que:

Art. 1º - Fica instituída a Política Educacional de Gestão Compartilhada: Escolas Cívico-Militares pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEEMG e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG.

Art. 2º- Para fins do disposto nesta Resolução Conjunta, considera-se:

I - Política Educacional de Gestão Compartilhada: Escolas Cívico-Militares: modelo pedagógico de gestão colaborativa entre as escolas estaduais e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG.

II - Escolas Cívico-Militares: escolas da rede estadual indicadas para a Política Educacional de Gestão Compartilhada.

Art. 3º- A Política Educacional de Gestão Compartilhada: Escolas Cívico-Militares tem como objetivo o diálogo e o planejamento, entre escola estadual e os militares do CBMMG, nas ações de formação integral, cívica e cidadã do estudante, mediante o desenvolvimento de atividades, que abranja aspectos comportamentais, atitudinais, democráticos, éticos e morais.

Parágrafo único. A Política Educacional de Gestão Compartilhada: Escola Cívico-Militares será implementada em conformidade com o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e com a identidade organizacional do CBMMG adaptando-se às especificidades e necessidades de cada comunidade escolar.

Art. 4º- A Política Educacional de Gestão Compartilhada: Escolas Cívico-Militares contará com o apoio de oficiais e praças do CBMMG.

Ainda: é necessário revermos o que diz a Resolução SEE nº 4. 948 de 25 de janeiro de 2024 sobre o Projeto Político Pedagógico das escolas da Rede Pública Estadual de Minas Gerais:

Art. 8º - O Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar são documentos formais e articuladores dos processos educativos, que devem contemplar o compromisso da escola com a sua comunidade escolar.

Art. 9º - O Projeto Político Pedagógico, documento que estabelece os objetivos, diretrizes e metas da unidade escolar, a partir da construção coletiva, para a formação de cidadãos com direitos à proteção e à participação social deverá:

I - Ser elaborado a partir da articulação e participação de todos os segmentos representativos da escola.

II - Expressar a identidade e valores da comunidade e do território em que a escola está inserida, caracterizando os sujeitos atendidos, acolhendo e potencializando as suas particularidades.

III - Conter o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam os programas, projetos e práticas pedagógicas da escola, em consonância com as diretrizes da SEE/MG.

IV - Conter os planos, projetos e/ou parcerias implementados na escola.

Assim, é fundamental que discussões sobre os aspectos acima – e sobre outros, presentes no processo de militarização das escolas públicas estaduais em Minas Gerais, sejam discutidos, envolvendo não apenas autoridades políticas e científicas, mas também toda a comunidade interessada no tema e em seus desdobramentos.

8 Definições necessárias

Logo quando as ECIM foram lançadas pelo Governo Federal, muitas pessoas achavam que se tratava do mesmo modelo das escolas militares. A diferenciação não ficou perceptível e nem foi alvo de detalhamento para aquelas comunidades que estavam sendo chamadas para aderirem ao ECIM. No entanto, existe uma grande diferença entre as ECIM e as Escolas Militares. Faremos uma pequena distinção entre essas escolas.

As escolas militares são aquelas que, geralmente, estão vinculadas a órgãos específicos, como as Forças Armadas e as Secretarias de Segurança, e não a Secretarias de Educação, uma

vez que foram criadas por corporações destes órgãos – Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Exército, Marinha e Aeronáutica. São destinadas ao atendimento de alunos provenientes das famílias dessas categorias elencadas. Tais colégios podem ser públicos ou privados, ter seu próprio sistema de seleção dos estudantes, nível de remuneração diferente para os funcionários em relação à Rede Estadual, além de não serem obrigados a atender à LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – quanto à proposta didático-pedagógica.

As ECIM, todavia, são escolas associadas à Secretaria de Educação (por lei, devem atender à LDBEN) – do município ou do estado – que passam a ter monitores e gestores cívico-militares, a partir de um convênio, no qual a gestão escolar é compartilhada com as secretarias de segurança ou polícia militar. Além disso, são denominadas ECIM aquelas que fazem algum tipo de associação com os comandos das Polícias Militares para utilizar, em sua unidade, a “Metodologia dos Colégios da Polícia Militar” – apresentando, portanto, uma gestão compartilhada com militares. Tem-se, ainda, escolas privadas – geralmente pertencentes a grupos filantrópicos – que se dizem “Escolas da Polícia Militar”. Tal denominação ocorre pelo uso da “metodologia” das escolas militarizadas: ou seja, devido a um controle mais rigoroso da disciplina dos estudantes, o que resulta – em geral – num maior respeito à hierarquia e no combate à possível postura violenta dos estudantes no interior das escolas.

9 Perspectivas de Especialistas em Educação e Análise da Realidade pelo Olhar Alheio

Neste tópico, tratamos de algumas avaliações e as hipóteses criadas por especialistas da área educacional no que diz respeito aos rumos que se apresentarão à educação pública brasileira com o processo de militarização das escolas. Além disso, consideramos importante expor a análise feita por estudiosos e pesquisadores sobre o processo que já está ocorrendo em outros estados da federação, como São Paulo. Por fim, observamos a necessidade de registrar a posição daqueles que vivenciam os resultados do PECIM do Governo Federal hoje, nas escolas em que o Programa das Escolas Cívico-Militares do governo de Jair Bolsonaro foi implantado – e, há pouco, retirado.

O PECIM instituído pelo Decreto nº 10.004/ 2019 afirmava que: “Fica instituído o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim, com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio.”

No entanto, segundo Edna Borges (2020), em suas *Reflexões sobre o processo de militarização da escola pública*,

A intenção do governo de fazer da educação um campo de fortalecimento das ideias bolsonaristas, por meio de movimentos como o “Escola sem Partido” e de programas como o da militarização de escolas públicas, pode ser verificada nas entrelinhas do discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro no Congresso Nacional, em 1º de janeiro de 2019, quando cita que sua missão é “restaurar e reerguer nossa pátria, libertando-a definitivamente do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica”. O presidente promete “unir o povo, valorizar a família, respeitar as relações e nossa tradição judaica cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores” (s./p.).

Além desse aspecto, algumas contradições podem ser analisadas, de acordo com estudiosos da educação. Segundo o professor doutor e pesquisador da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, Silvio Gallo (2019),

[...] precisamos admitir: politicamente, há uma contradição em termos entre disciplina militar e disciplina política, cidadã. Enquanto a primeira se baseia na obediência irrestrita ao superior hierárquico, a segunda só é possível através de um trabalho de si sobre si mesmo, na relação com os outros. Não se trata de obedecer à autoridade afirmada pela hierarquia, mas em ser capaz de reconhecer, reflexivamente, autoridades políticas que são legitimadas por suas ações e nas quais escolhemos confiar, mas que temos o direito de mudar de opinião, a mudar as escolhas. Em outras palavras: uma escola democrática que vise à formação cidadã precisa ser capaz de desenvolver nos estudantes uma disciplina e um sentido de respeito à autoridade, mas não uma disciplina militar baseada numa autoridade hierárquica. Para dizer com todas as letras: uma escola não é – e não pode ser – um quartel.

A sociedade pode, sim, ser pensada tendo como modelo as instituições militares, às relações sociais manifestadas como relações hierárquicas de disciplina e obediência. Mas compreendamos bem: essa não será uma sociedade democrática. Será outra coisa (s./p.).

Embora a análise de Gallo seja pertinente, visto que outros pesquisadores da educação brasileira se posicionam como ele, o que se observa, na prática, é algo que pode ser diferente, uma vez que se verifica, no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Princesa Isabel, situada na capital Belo Horizonte, que passou pela implantação do modelo cívico-militar do Governo Federal anterior a 2023, o seguinte texto: “Incentivamos os professores a trabalharem temas relacionados à dignidade humana e igualdade de direitos, em sala de aula, com atividades diferenciadas e palestras sobre Bullying, racismo e todo o tipo de preconceito”.

Além disso, o PPP supracitado, já em sua introdução, informa que “Este PPP foi elaborado com a participação de todos os segmentos da Comunidade Escolar, de forma crítica e reflexiva, por meio de estratégias e ações que possibilitaram a acolhida de todas as contribuições pedagógicas.”, ou seja, fica pressuposto o processo democrático durante a proposta de elaboração de tal documento, bem como espera-se que a participação das partes envolvidas também ocorra durante a execução do Projeto.

Ainda no PPP da Escola Estadual Princesa Isabel, verifica-se a presença de um relatório sobre a situação institucional elaborado antes do compartilhamento de gestão a ocorrer com o CBMMG. Sobre tal documento, o que se menciona como pontos de destaque são os seguintes:

A escola está localizada em uma região de comunidade carente, de alta vulnerabilidade social sendo seu público vindo, em sua maioria, da Vila Sumaré. Nesta, a primeira infância não recebe a atenção necessária, por questões sociais e culturais. No ambiente familiar, são constantes a violência doméstica e a vulnerabilidade social. Comunidade, alunos e familiares não têm a compreensão do que é e para que serve o espaço escolar. Esse cenário cria uma visão distorcida do ambiente formador e sua função. Discentes e familiares percebem a escola como um espaço de socialização e não de aprendizagem.

Como consequência, muitas vezes, o sujeito é inserido no ambiente escolar sem a base necessária para desenvolver o processo de aprendizagem da forma adequada.

[...]

É necessário, ainda, investimento em material e recursos pedagógicos que permitirão a otimização da implantação do currículo, como também, dos planos de aula. Para que todas essas mudanças ocorram, a formação

A continuidade de toda a equipe docente é fundamental. [...] Também se faz necessário capacitar a equipe pedagógica dentro da sua área de atuação (educação especial, EJA, ensino fundamental, médio e integral) e todos os atores do processo em relação a realidade na qual a escola está inserida, de vulnerabilidade, que exige formação para lidar com a inclusão e a violência escolar.

Esses dois aspectos se destacam, visto que são comuns também os comentários de especialistas sobre eles.

Quanto ao impacto da militarização sobre o Estado e visão de democracia, Abrucio (2024) afirma que tal processo vai na contramão de conquistas obtidas durante a redemocratização. Consoante ao doutor em Ciência Pública, “Militarizar o funcionamento das escolas não é característica nem dos governos mais próximos do autoritarismo que aparecem bem em rankings como o da avaliação do PISA, exame organizado pela OCDE com cerca de 80 países” (s./p.).

Quanto ao processo de militarização da escola como fator que finda a violência e a vulnerabilidade social local, Saraiva e Silva (2023) afirmam que:

Em relação ao desempenho pedagógico e às necessidades estruturais, as mesmas autoras ainda destacam que:

Quanto à transposição de um modelo de escola para as escolas básicas militarizadas, além da pouca clareza, demonstra desconhecimento da realidade da escola pública. Essa simplificação pode ser evidenciada, por exemplo, quando avaliamos a diferença entre o custo aluno/a do colégio militar de Belo Horizonte – CMBH e custo aluno/a das demais escolas públicas. Tendo como referência o ano letivo de 2020, o custo básico por aluno/a do ensino médio no CMBH foi de R\$ 19.441,29 (dezenove mil quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e nove centavos); no mesmo período, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb calculou o valor mínimo nacional por aluno em R\$ 3 643,16 (três mil, seiscentos e quarenta e três reais e dezesseis centavos) (Saraiva; Silva, 2023, p.117).

E, considerando que os dois pontos se tangenciam, as pesquisadoras concluem que:

Por fim, nas análises feitas até o momento, é possível perceber a incorporação do civismo, do patriotismo, da defesa da pátria e da família, emergindo como novas matrizes valorativas da educação, sem nenhuma referência aos problemas estruturais

da educação pública ofertada aos/às jovens das periferias criminalizadas (Saraiva; Silva, 2023, p. 118).

Também sobre isso, Gallo (2019) é ainda mais categórico:

Sabe-se que as escolas cívico-militares são pensadas para serem instaladas nas comunidades mais carentes, visando a atendê-las em suas necessidades, com uma educação de qualidade. Ao menos isso é o que é apontado nas defesas públicas do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares que temos visto. Está muito claro o propósito: ensinar as populações menos favorecidas economicamente a obedecer. Os filhos das classes favorecidas serão enviados para as escolas privadas, nas quais aprenderão também sua disciplina, mas não será a mesma das escolas militares. Eles não aprenderão a obedecer, mas a comandar. Será criada uma hierarquia social aos moldes da hierarquia militar (s./p.).

Abrucio (2024) é enfático quanto à militarização como contraponto à violência nas escolas: “colocar um profissional da área (militar) como gestor não resolverá a questão da violência e ainda tende a transportar uma lógica repressora e punitivista para um espaço educativo, o contrário do que deveria ser a política educacional” (s./p.).

Ainda cabe, conforme David Barrientos (2024), avaliar as escolas cívico-militares à luz da Constituição Federal quanto aos fatores: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O pesquisador menciona, quanto à eficiência, que diante de dados, o gestor público, a partir da aferição de qual escola garantiria maior rentabilidade social, deveria ter como exemplar a escola pública regular, uma vez que esta custa três vezes menos que as escolas militares e está representada também entre aquelas com melhores desempenhos acadêmicos do país.

Barrientos (2024) ainda chama a atenção para outro fator: a importância da formação pedagógica no que diz respeito a quem serão os educadores que farão contato com as famílias da comunidade escolar presentes na escola pública cívico-militar. Isso porque, segundo ele, “não existe nenhuma pesquisa que mostre vantagem dessas práticas serem realizadas por policiais ao invés de professores” (s./p.).

Corroborando com esse posicionamento Abrucio (2024):

No fundo, a lógica da escola cívico-militar segue o mesmo padrão do negacionismo científico: não acredita em ciência nem em especialista. [...] Quantos talentos e possibilidades de cidadãos mais críticos e criativos serão ceifados pela militarização das escolas? (s./p.).

A fim de situar a militarização na sociedade brasileira dos anos 20, Ana Penido (2021) analisa e define o contexto atual da seguinte maneira:

[...] o neoliberalismo e o conservadorismo em ascensão no mundo, e especialmente no Brasil, combinado com o aumento da violência e da criminalidade é terreno fertilizado para o avanço de respostas mecânicas das autoridades (Martins, 2019), como o é a militarização das escolas (s./p.).

Acerca disso, Barrientos (2024) evidencia uma tendência governamental da extrema direita que precisa ser considerada: a valorização sociocultural da polícia em detrimento à educação, o que se constata com a comparação de que, no estado de São Paulo,

Em 2023, os professores receberam reajuste salarial de 9,5%, a um custo de R\$ 234 milhões ao ano, enquanto os policiais receberam aumento salarial médio de 20%, totalizando R\$ 2,5 bilhões anuais, ou seja, um valor mais de 10 vezes superior ao despendido com os professores (s./p.).

Sobre isso, estudos feitos pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e pela Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, se opõe à desvalorização docente, apresentando dados que comprovam que maiores investimentos na educação – sobretudo no ensino infantil – são diretamente proporcionais à melhora da qualidade educacional e inversamente proporcionais ao crescimento da violência nas comunidades em que isso ocorre (Barrientos, 2024).

Fernando Luiz Abrucio, ainda acerca disso, menciona que os governadores que hoje encabeçam a proposta de militarização das escolas públicas têm feito verdadeiros *roadshows* (eventos itinerantes tidos como estratégias de *marketing*), nos quais o modelo cívico-militar é apresentado como algo adequado aos desafios educacionais do século XXI, visto que se apresentam como modernizadores do Estado. No entanto, o cientista político desafia esses líderes políticos que tentaram defender a militarização das escolas em grandes fóruns internacionais de educação ou mesmo ao Banco Mundial, afirmando que “esse modelo seria visto como anacrônico, um verdadeiro veículo do atraso [...]” (Abrucio, 2024, s./p.).

Por fim, uma das mais importantes análises teóricas sobre o processo de militarização das escolas é apresentada pelo procurador federal dos direitos do cidadão e subprocurador-geral da República, Nicolau Dino Neto, em representação do Ministério Público Federal, sobre questionamentos ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade da Lei Complementar Estadual nº 1.398, de 28 de maio de 2024, que institui o Programa Escola Cívico-Militar em escolas municipais e estaduais do estado de São Paulo.

Segundo Dino Neto (2024), a supracitada Lei Complementar é inconstitucional quanto à sua formalidade e materialidade, respectivamente:

A inconstitucionalidade formal da Lei Complementar Estadual em apreço surge de forma evidente, em razão da edição de lei sobre matéria que é da competência privativa da União, conforme se depreende da leitura do art. 22, XXIV, da Constituição Federal, segundo o qual “compete privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional”.

[...]

Além da existência dos citados vícios formais, a Lei Complementar Estadual nº 1.398/2024, nos dispositivos acima mencionados, padece de vícios de inconstitucionalidade de ordem material, haja vista ofender frontalmente diversos princípios/balizamentos constitucionais, a saber: i) da liberdade de pensamento (art. 5º, inciso IX, c/c art. 206, incisos II e III, da CF/88); ii) da valorização dos profissionais da educação (art. 206, V, da CF/88); iii) extrapolação dos limites constitucionais da força militar estadual (art. 144, § 5º, da CF/88); iv) gestão democrática do ensino público (art. 206, VI, da CF/88) (s./p.).

Dino Neto (2024) ainda reforça os argumentos de Barrientos (2024), Abrucio (2024), Gallo (2019) e Saraiva e Silva (2023) quanto à eficiência do Programa Cívico-Militar nas escolas públicas:

Embora o Programa Escola Cívico-Militar encampado pela Lei Complementar Estadual n. 1.398/2024 indique a finalidade de promover o aumento da qualidade da Rede de Ensino de Educação Básica do Estado de São Paulo, a diminuição dos casos de violência e de evasão escolar, deve-se assinalar a inexistência de quaisquer evidências científicas ou estudos conclusivos que atestem a melhora no comportamento dos alunos e a qualidade do ensino, não sendo possível legar ao projeto em apreço o status de infalibilidade na regulação do comportamento, como o faz a Lei ora questionada (s./p.).

Por fim, cabe citar Vitor Henrique Paro (2024), professor emérito da USP na área educacional, que propõe a seguinte reflexão, ressalvadas as diferentes circunstâncias de produção de tal citação (o autor refere-se ao estado de São Paulo):

Qual o crime que nossos filhos e filhas cometeram para serem vigiados pela polícia? Essa polícia, que mal sabe dar conta da segurança e do combate ao crime, não tem nada a oferecer às crianças em sua formação. Se esse governador estivesse realmente interessado com a melhoria do ensino, procuraria dar melhores condições aos professores, pagando melhor, diminuindo o número de alunos por turma, oferecendo uma melhor formação, isso sim importante para a disciplina, não simplesmente ficar criminalizando professores e alunos, só porque são pobres, pretos ou da periferia (s./p.).

10 Desafios do GTT/ECIM e Resultados e Análise da Escuta dos Envolvidos nas Ecim

O GTTECIM encontrou diversos desafios durante seu processo para atender à demanda de analisar o processo de implantação e o desenvolvimento das ECIM.

O primeiro obstáculo reside na interposição da pandemia da Covid-19 nos trabalhos da primeira constituição do GTT, bem como na análise dos dados e das informações obtidas, visto que, com a recomendação pela OMS do distanciamento social, as aulas foram suspensas e adotou-se o ensino remoto, o que acarretou inúmeras alterações no processo pedagógico, bem como na frequência dos alunos às aulas e na própria presença deles – e de todo o corpo de funcionários – nas unidades escolares. Por sua vez, isso ocasionou mudanças na rotina escolar e na participação da comunidade, além de haver impacto na própria visão sobre a escola por docentes, discentes e demais trabalhadores da escola. Tornaram-se, assim, muitas as variáveis que foram influenciadas pelas alterações – tanto do modelo de ensino remoto do cívico-militar – a serem comparadas e consideradas. Isso pôde ser observado e foi ponto considerado importante nas respostas obtidas dos inspetores entrevistados, conforme metodologia descrita.

Outro obstáculo que se interpôs foi a pouquíssima participação dos envolvidos no processo nas escolas – principalmente no que diz respeito à resposta aos questionários propostos. Estes foram enviados de maneira formal, por ofícios e contatos estruturados de diversas maneiras. No entanto, apenas uma escola retornou contestações um pouco mais consistentes – ainda assim, com o olhar, em sua maioria, apenas de professores. Desse modo, não seria responsável, nesse tópico, a consideração de respostas dadas às perguntas feitas pela metodologia descrita anteriormente, uma vez que, pelo *corpus* obtido, não se construiria uma visão real sobre o processo de militarização sob o ponto de vista das partes envolvidas.

Por fim, um obstáculo que se pode elencar é o fato de Minas Gerais ser um estado federativo de grande extensão territorial e, portanto, de alta diversidade demográfica. Esse fator influencia bastante no analisar as instituições educacionais que foram e/ou estão sendo militarizadas, uma vez que cidades com menor população apresentam características distintas dos municípios maiores – principalmente no que diz respeito à presença e forma da violência e do tráfico de drogas nas unidades escolares, que era uma das exigências para a implantação do Pecim Federal e que se mantém, atualmente, pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Tal avaliação é constatada pelo discurso dos inspetores durante a entrevista registrada.

11 Parecer Final do GTT

Analisando as respostas obtidas em entrevistas com os Analistas Educacionais/Inspetores Escolares da SEE/MG que acompanham as unidades educacionais em que foi implantado o modelo Cívico-Militar e, principalmente, avaliando as análises de estudos acadêmicos e o parecer do Ministério Público de São Paulo – MPSP, que questionam a constitucionalidade da implantação desse modelo de escola, este GTT aponta para confirmação

de alguns pressupostos que foram levantados nas análises e também no item 2 deste relatório. Passamos a analisar cada um deles.

- a) **Em relação a atender uma ideologia partidária** – sobre esse tópico, há indícios de comprovação, uma vez que, em Minas Gerais, o partido do atual governador (NOVO), **defensor dessa proposta**, fez parte da base do governo do antigo presidente, Sr. Jair Messias Bolsonaro;
- b) **Em relação à proposta vincular-se a escolas de alta vulnerabilidade econômica e social e ser inserida em comunidades sob violência** – restou parcialmente comprovada por meio da escuta dos Analistas Educacionais/Inspetores Escolares; pelo menos um deles trouxe o relato de que, em Belo Horizonte, a implantação do modelo cívico-militar está feita em escolas que estão em região de altíssima vulnerabilidade;
- c) **Adesão sem muita discussão por parte da comunidade escolar** – restou comprovada pelo discurso de um dos inspetores, pois o processo chegou muito rápido às escolas, sem uma discussão ampla e qualificada, não tendo sido chamados especialistas ou pessoas que trouxessem o contraditório;
- d) **Não é exigida qualquer formação adicional aos militares relativa à formação pedagógica** – restou totalmente comprovada, não só pela legislação exarada, mas também pela escuta dos Analistas Educacionais/Inspetores Escolares ouvidos.

Portanto, este GTT posiciona-se explicitamente contra o processo de inserção do modelo escolar cívico-militar atual.

Por fim, considerando o fim do Programa Escola Cívico-Militar (Pecim) do governo federal (objeto de estudo inicial deste GTT) e levando em consideração que é muito recente e, de algum modo, novo o processo de militarização pelo governo do estado de Minas Gerais, sugerimos que outro(s) grupo(s) faça(m) a análise sobre o programa estadual em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar. Nossa sugestão é, ainda, de que essa avaliação e esses estudos se deem de forma presencial nas instituições educacionais onde a militarização ocorre, a fim de que as constatações e entrevistas com os envolvidos possa ocorrer de forma consistente.

12 Referências bibliográficas

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Escola cívico-militar: um atraso amplo.** Disponível em: <<https://valor.globo.com/eu-e/coluna/fernando-abrucio-escolas-civico-militares-um-atraso-amplo.ghtml>>. Acesso em: 06 jul. 2024.

BARRIENTOS, David. **Escola cívico-militar: análise à luz do princípio da eficiência.** Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/escola-civico-militar-analise-a-luz-do-principio-da-eficiencia/2518037314>>. Acesso em: 07 de jul. 2024.

BORGES, Edna. **Reflexões sobre o processo de militarização de escolas públicas:** documento elaborado para o Grupo de Trabalho Temporário sobre Escolas Cívico-Militares em Minas Gerais, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Escolas cívico-militares serão implantadas sob demanda. **Portal MEC**, Governo Federal: Brasília, 04 abr. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/74811-escolas-civico-militaresserao-implantadas-sob-demanda>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Decreto Nº 9.665, de 2 de Janeiro de 2019. Governo Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm>. Acesso em: 15 ago. 2024.

DINO NETO, Nicolao. **Representação do Ministério Público Federal aos questionamentos, junto ao STF, da Lei Complementar Estadual nº 1.398, de 28 de maio de 2024.** Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pfdc/documentos-diversos/representacao_PFDC_programa_civico_militar_SP.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

GALLO, Silvio. **Escolas cívico-militares: para quê? Para quem?** Disponível em: <<https://apubh.org.br/noticias/escolas-civico-militares-para-que-para-quem/>>. Acesso em: 31 maio 2024.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação – SEE. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Princesa Isabel.** Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/a-secretaria/superintendencias-regionais-de-ensino-sres/>. Acesso em: 31 maio 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Legislação Mineira.** Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/leis/legislacao-mineira/>>. Acesso em: 31 maio 2024.

GOVERNO FEDERAL. **Portal Legislativo.** Disponível em: <<https://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 31 maio 2024.

PARO, Vitor Henrique. **Educação sim, polícia não - Fora, escola cívico-militar.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_IvApUVkIkI>. Acesso em: 02 ago. 2024.

PENIDO, Ana. **Entenda o papel das escolas cívico-militares no projeto bolsonarista de ocupação do Estado brasileiro.** Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/entenda-o-papel-das-escolas-civico-militares-no-projeto-bolsonarista-de-ocupacao-do-estado-brasileiro/?gad_source=1&gclid=Cj0KCCQjw7ZO0BhDYARIsAFttkCiNHQTtzn3MS6mh9aK>

[ppU_H-s7Y7HKJxzLY2NTOqSEhx_YDcwbGwMYaAunHEALw_wcB](#) >. Acesso em: 05 jul. 2024.

SARAIVA, Ana Maria; SILVA, Analise de Jesus. Militarização escolar em Minas Gerais: tensões e retrocessos na relação entre educação e juventudes. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 103-123, jan./abr. 2023

ANEXO A

Durante reunião no dia 21 de março de 2024, estavam presentes os inspetores descritos no item anterior deste relatório e os representantes do GTTECIM/FEPEMG Geovana Passos, Marco Aurélio Bizarria, Vauvenargues Lopes e Fernanda Marçal em reunião *online* pela plataforma Google Meet. Na ocasião, as perguntas listadas pelo item anterior (acerca da metodologia de trabalho do GTT) obtiveram respostas que aqui seguem.

1. Respostas do inspetor 1

O inspetor denominado “inspetor 1”, respondeu às questões com as seguintes informações.

a) Acerca de seu histórico com a unidade escolar:

“Sou inspetor escolar na metropolitana..., atuo em Belo Horizonte. Sou inspetor desde 2012 e vim a assumir a escola cívico-militar quando foi implantada na Escola ..., aqui em Belo Horizonte; foi implantado, se não me engano, em 2019, quase certeza...”

“Eu já fui professor, já fui diretor de escola, então eu tenho muito uma postura diferente de alguns colegas, que, às vezes, os colegas entendem que ser inspetor é apenas chegar, fiscalizar e ir embora. Como moro na comunidade, a escola tá a dez quarteirões na minha casa, então eu tenho uma postura diferente, que é de chegar, conhecer, conversar, participar, interagir, enfim...”

[...] Eu fiquei nessa escola como inspetor de 2016 até 2022, quando precisei mudar de núcleo, e voltei este ano, para esse mesmo núcleo.

b) Como foi proposto o processo de militarização à escola:

“Eu sou inspetor dessa escola desde 2016, e logo quando a gestão Zema começou, chegou, então, a escola militar cívico-militar. Foi feita uma proposta, foi feito um estudo apresentado pela secretaria, assim “de boca”, porque não chegou a meu conhecimento ou da escola, com interesses no programa cívico-militar. O que nos foi passado, à época, é que eles queriam escolas marginalizadas, escolas de periferia escolas que atendessem a comunidades mais carentes. Então, eu fui comunicado que aquela escola receberia o modelo cívico-militar e que eu deveria conduzir um processo na escola de de conscientização e votação pra que essas... Então, eu fui convocado a, sem conhecimento algum do que era o programa cívico-militar, orientar a escola sobre a implantação ou não desse desse programa. Não havia ainda um documento norteador, por um documento esclarecedor, não tinha nada que falasse sobre ela... Apenas que os militares da reserva reformados eles irão passar a gerir a escola, passarão a organizar a escola e eles estarão junto à administração da escola.”

c) Sobre a participação da comunidade escolar no processo de militarização:

“... eu fui até a escola e fiz uma reunião com todos os membros do colegiado, alunos, professores, e foi quando foi convocada, então, a comunidade escolar a participar. A gente encheu a biblioteca da escola nesse dia; se eu não me recordo, agora devia ter, assim, umas sessenta, setenta pessoas da comunidade que foram lá, mais alunos e professores. A gente fez essa votação no turno da noite, pra que pais pudessem participar também. Então tivemos ali

mais ou menos umas oitenta a cem pessoas participando é falei brevemente sobre o que era o programa cívico-militar, e esses conhecimentos que eu falei eu busquei na internet; fui ler, fui tentar entender o que era, porque, da secretaria de educação de Minas Gerais, não tem nada, não tem nenhum documento. Então, expliquei, orientei a comunidade, falei o que era mais ou menos, baseado nas escolas do circuitário de outros estados, que a gente tinha como modelo de referência, e tentei explicar pras pessoas o que que iria acontecer na escola. E a votação foi quase unânime para adesão ao modelo cívico-militar. A justificativa da escola, da comunidade escolar, em aderir ao programa foi ‘queremos tirar a violência de dentro da escola e queremos eliminar o tráfico de drogas que acontece na porta da escola’ – esses foram os dois tópicos centrais que levaram a comunidade a decidir sobre o programa, sobre a adesão ao programa cívico-militar.”

b) Como foi o início do processo de militarização e como a escola se estruturou com ele:

“Então, logo quando o cívico-militar chegou, a gente começou a ter contato com o pessoal, que era o pessoal reformado dos militares. Então, o primeiro contato que a gente teve veio com muito alarde, muita festa, muita coisa, cheio dos olhos da secretaria. Veio, então, uma tenente coronel reformada da aeronáutica, se apresentou como a gestora do cívico-militar e ali começaram as tratativas, de como gerir a escola, aquela coisa toda. Vieram os auxiliares também, que é o pessoal, os monitores que eles chamam, que é o pessoal que fica no corredor, aquela coisa toda. Todos eles militares aposentados, reformados ou alguma coisa do tipo, que vieram pra gerir a educação.”

c) Sobre a formação pedagógica de professores e militares:

“Eu fiz muita questão de perguntar qual a formação educacional deles; nenhuma, nunca tiveram nenhum curso sobre educação, não tem formação em licenciatura, não são pedagogos, nada certo. A formação que eles tinham, na época da implantação, era a formação de militares – vários deles apenas com ensino médio. [...] Depois, logo em seguida, começaram a aparecer cursos do MEC para gente fazer – [...] cursos desprovidos de sentido ou de conhecimento. [...] não tinha base em legislação, não tinha base em literatura, em algum pensador crítico da educação, não tinha nada [...] então, eu entendi que era um programa com bibliografia própria, eles não tinham um autor em que se baseassem, que pudesse fundamentar o processo educacional daquela escola.”

d) Sobre a comunidade escolar e o alunado antes da militarização; sobre o entorno da unidade escolar:

“... antigamente, a Escola ... tinha um perfil de aluno; hoje, tem outro perfil de aluno. Vou tentar dar um panorama pra vocês: antigamente, a gente atendia, nessa escola, os alunos da própria comunidade. Então, ali, a gente vai ter a comunidade Pra quem é de Belo Horizonte, vai localizar mais ou menos onde é a escola. A gente atende, ali, a Comunidade ..., a Comunidade ..., que são aglomerados, favelas, comunidades, e a gente tinha um público muito específico de alunos. Esses alunos vinham de baixa renda, com infraestrutura social bem precária; a maioria dos alunos estavam atrelados alguma organização familiar. Tô chamando de organização familiar, porque não necessariamente eles tinham uma família de sangue;

tinham aquelas pessoas que cuidavam deles, nem todos os alunos têm pais ou mães; eles vão ter às vezes uma avó, uma tia, um tio; às vezes, até, uma vizinha que cuida. Não foi uma nem duas vezes que a gente, antes do cívico-militar, fazia campanhas na escola, junto a professores, à comunidade, aos empresários da região, enfim, para arrecadar absorvente íntimo, arrecadar cueca, calcinha, sutiã, uniforme, porque os alunos não tinham mesmo. Foram inúmeras vezes que a gente fez isso e, nesse processo, a gente começava a conhecer um pouco mais a realidade da pessoa. [...] Então, a gente fazia essas campanhas de conscientização, campanhas mesmo, de a gente sentar e conversar com esses alunos sobre violência, sobre orientação de tentar conscientizar o aluno que não é com tiro que se resolve as coisas, porque a comunidade era muito assim: qualquer coisa que acontecia era “não! nós vamos lá e vamos dar um tiro no fulano e vamos resolver!” Então, a gente vinha na contramão, a gente vinha com essa fala de “olha, não é assim que resolve, a gente pode conversar, a gente pode dialogar”, íamos ouvir a comunidade. Não foi uma nem duas vezes que eu mesmo sentei pra conversar com alunos pra orientá-los, numa tentativa de mostrar pra eles que existia uma realidade diferente da criminalidade, e os próprios alunos decidiram por votar no cívico-militar motivados, volto a dizer, pela estratégia de eliminar o tráfico de drogas que acontecia na porta da escola ou violência nos arredores da escola.”

[...]

“... logo quando eu cheguei, em 2016, eu propus à diretora criar uma merenda antes das sete horas da manhã, que a gente tava identificando que o aluno chegava com fome, não tinha comido em casa, então a gente propôs criar um lanche no início das aulas, antes das sete, pra que ele se alimentasse. Dava nove e meia, ele comia de novo, e, antes de ele ir embora do culto da manhã, ele passava na cantina, almoçava e ia embora. [...] Criamos, então, essa alimentação porque a gente percebia que as crianças às vezes só comiam o que tinha dentro da escola, o que é um crime, mas, enfim, era a realidade da escola.”

e) Sobre o novo alunado

“A gente nunca teve escolares fazendo fila na porta da escola pra levar e buscar aluno. Vejam bem: quem usa escolar são pessoas que não moram no entorno da comunidade, porque, até então, os alunos todos iam a pé pra escola. Hoje, a maioria dos alunos estão indo e voltando de escolar, quer dizer, pertencem a outra comunidade... [...] Então, as filas lá agora de escolar é coisa que era diferente à época anterior ao cívico-militar.”

[...]

“Hoje o perfil mudou, hoje a gente tem alunos que levam merendeira com lanches, com refrigerante, aquela coisa toda, porque são alunos que estão numa camada social com um pouco mais de renda.”

f) Sobre a estrutura física da escola antes e depois do modelo cívico-militar:

“A escola tava largada, com quadra quebrada, quadra caindo, salas de aula sem pintura, cadeiras velhas, completamente largada. Aí, de repente, assume o cívico-militar e a escola tem dinheiro pra pintura, chega carteira nova, chega verba pra reformar a cantina [...] Aí a coisa

começa a tomar um outro olhar. Então, foi uma coisa que nunca tinha acontecido desde a fundação da escola e passou a acontecer com a implantação do cívico-militar.”

g) Sobre a nova estrutura administrativo-pedagógica da escola, após o Pecim:

“... nós temos professores, coordenadores de série, de turno; temos especialistas a cada dois anos de segmento. Então, por exemplo, a gente tem, para o primeiro e segundo anos, um especialista; no terceiro e quarto, um especialista; para o quinto e o sexto, um especialista é; nós temos professores que são coordenadores de turmas, de séries, de turno. [...] aí a gente causa uma sensação, nos alunos, de que o ensino está eficiente, porque a gente tem monitor no corredor, que são os policiais reformados; os militares policiais não reformados; então, a gente tem fiscais de corredor – em escola estadual nenhuma tem, mas lá a gente tem! A gente tem o especialista, que é o supervisor, orientador pedagógico, que está lá por conta daquele segmento específico. A gente não tem, por exemplo, um único especialista na escola, a gente tem vários especialistas na escola. [...] a gente começa a conseguir dar mais atenção à educação, a gente começa, então, a dar mais atenção pra professor, pra aluno, pra pai, pra comunidade. Então, a gente vai criando uma sensação de que a escola tá sendo mais efetiva educacionalmente.”

“...agora quem está na gestão do cívico-militar são os bombeiros. Até então, era qualquer pessoa que fosse militar aposentado, na reserva etc. Ele poderia ficar na gestão sem problema, mas, a partir de 2024, o corpo de bombeiros assumiu. Então, assim, não vou dizer sobre 2024, porque tá tudo muito recente e tá tudo começando, então eu não sei dizer se é bom, se funciona, se não funciona, não sei dizer...”

h) Sobre a violência, o tráfico de drogas e a indisciplina na escola e em seu entorno:

“... a gente continua tendo briga de aluno, a gente continua tendo alunos agressivos, a gente continua tendo comunidade difícil...”

“... porque são alunos que não tão conseguindo se adaptar ao modelo, são alunos que querem agredir, que querem bater, que não querem ter aula, aquela coisa toda é...”

“A gente tá vivenciando outros tipos de violência agora dentro da escola, que é, por exemplo, alunos que não tinham dinheiro pra comprar o uniforme, eles agora recebem o uniforme cívico-militar. Isso é ótimo, muito bom, tá recebendo uniforme, mas, agora, nós estamos tendo na escola o desfile de merendeiras, o desfile de mochilas novas, o desfile de tênis novos, [...] coisas que a comunidade pobre da periferia não vai ter dinheiro pra comprar, então, às vezes, a gente vai ver um aluno mais mais simples, em questão financeira, querendo aqueles itens, mas não vão ter. Teremos alunos que vão chegar com celulares de última geração e isso vai causar conflito, então, assim, o conflito na escola continua...”

i) Sobre resultados pedagógicos:

De forma geral, o inspetor 1 afirmou não ter como responder sobre isso, uma vez que houve a influência, sobre os resultados, da suspensão das aulas devido à pandemia da Covid-19.

2. Respostas do inspetor 2

O inspetor 2 não teve respostas específicas perguntas feitas, justificando-se com o fato de que havia acabado de assumir a supervisão da unidade escolar. Sua contribuição se deu com a seguinte fala:

“Agora eu não sei como tá, mas a gente não ouve mais falar mal dessa escola. Inclusive, até, quando eu dei aula lá uma vez, eu cheguei na segunda-feira e todos os vidros estavam no chão, eles tinham apedrejado a minha sala, mas agora a gente não ouve falar nada mais sobre violências desse tipo. Mas eu não tenho nada de embasamento, porque eu ainda não estive na escola pra poder falar com eficiência do que tá acontecendo agora, mas a gente não ouve falar mais nada de malefício da escola...”

No entanto, o inspetor 2 comprometeu-se a entrar em contato com o inspetor anterior para tentar obter algumas informações, porém não foi transmitido ao GTT qualquer outro dado oriundo da unidade escolar referida.

3. Respostas do inspetor 3

O inspetor responsável por uma escola do interior será denominado “inspetor 3”, respondeu às questões com as seguintes informações.

a) Acerca de seu histórico com a unidade escolar:

“Eu quero dizer o seguinte: eu tenho 50 anos na educação, acabei de completar agora, em fevereiro; 30 na inspeção. Eu passei pela escola onde eu estou agora como inspetor já em quatro períodos anteriores... [...]. Este ano, 2024, é o meu quarto período na escola. Eu confesso pra vocês que a escola tá mudada: melhorou muito...”

b) Sobre a nova estrutura administrativo-pedagógica da escola, após o Pecim:

“[...] ... este ano nós não temos lá o pessoal militar – nós temos um policial, que também não deixa ser militar do corpo de bombeiros, apenas um elemento.”

“Esse pessoal, que o inspetor 1 falou aí, de apoio pedagógico, esse tanto de especialista nós tínhamos no ano passado, porque eu sou aqui de Itajubá, então eu sei dos meus colegas, nas reuniões, eles comentaram e eu acompanhei... Embora não fosse inspetor, eu vi todo o trabalho lá...”

[...]

“Hoje nós temos apenas um elemento lá na escola, um bombeiro aposentado. E há a promessa de que vai chegar mais dois ou três, quatro...”

c) Sobre a violência, o tráfico de drogas e a indisciplina na escola e em seu entorno:

“O trabalho pedagógico foi bem intenso, coisa que nós temos hoje, como disse, o mesmo pessoal do quadro escola da secretaria de educação, e, pelo que eu vi, a disciplina melhorou muito... Pelos outros anos que eu passei pela escola, a escola era um horror: brigas, tráfico de drogas, prostituição, a escola era a menina feia da regional; ninguém queria ir pra lá. Quando chegava início de ano, quando é feito o zoneamento, que é aquela distribuição de alunos, o plano de atendimento, ninguém queria ir para a escola ..., que é o nome da escola onde estou. E, este ano, a partir do cívico-militar, nós temos fila de alunos para entrar na escola, então aquilo que a gente via na escola, aluno saindo da sala toda hora, professor sem domínio de classe, mudou completamente...”

d) Sobre o desenvolvimento pedagógico

“A questão da aprendizagem, pelo que eu comentei na regional, com os colegas, com os especialistas, não houve melhoria na aprendizagem, sinceramente, não houve... O rendimento é baixo ainda, continua baixo, mas a questão da disciplina melhorou muito...”

e) Sobre a formação de professores

“Os professores também: conversei com eles, acabei de vir da escola agora, acabei de sair da escola, e eles comentaram que houve uma melhoria, sim...”

f) Sobre a mudança na rotina escolar

“No ano passado, atuavam só na questão de disciplina. Ninguém, nenhum militar entrou em sala de aula, não; e nem na gestão financeira, nada; só disciplina, só questão de disciplinar e de costumes, de moral e civismo, como é próprio deles. Hoje eles têm, na escola – isso já vem desde quando foi implantado lá na escola cívico-militar – eles têm lá, no início das aulas, o acolhimento, que é quando os alunos cantam e nacional. Isso não é todo dia, é uma vez por semana. Hoje mesmo, eu participei de uma do turno da tarde. Na hora do acolhimento militar lá, o sargento do corpo bombeiro conversou com os alunos junto com a direção da escola, deu algumas orientações e foi tudo na maior normalidade. Pelo que eu senti, a comunidade escolar está apoiando o projeto.”

g) Sobre a participação da comunidade escolar no processo de militarização:

“Acompanhei através dos colegas, dentro da regional, porque a gente sempre faz reunião, toda semana nós nos reunimos e colocamos para o grupo de inspetores todos os problemas que estão acontecendo, então foi algo que a comunidade escolar decidiu que queria que fosse implantado esse modelo exatamente e continua apoiando.”

h) Sobre a estrutura física da escola antes e depois do modelo cívico-militar:

“Tá faltando um pouco ainda, por parte da secretaria, porque o prédio é um prédio antigo, um prédio que já tem mais de 100 anos; é uma escola bonita, um patrimônio tombado, que precisaria de mais investimento. Existem promessas de reforma, mas, por enquanto, ainda não.”

ANEXO B

Aos diretores das unidades escolares, foram feitas as seguintes perguntas com as respectivas opções de respostas:

01. Há quanto tempo você está na direção desta escola?
 - a) Há menos de 01 ano.
 - b) Entre 1 e 3 anos.
 - c) Entre 4 e 6 anos.
 - d) Há mais de 7 anos.

02. Há quantos anos e meses precisamente? _____

03. Esta escola passou pelo processo de escolha de direção pela comunidade escolar de acordo com o previsto na Resolução 4782 de 04/11/2022?
 - a) Sim, fizemos o processo de consulta democrática à comunidade e eu fui eleito diretor (a) escolar em um processo de escolha direta (chapas e votação pela comunidade escolar).
 - b) Sim, fui indicado pelo Colegiado Escolar pois a escola não montou chapa para a escolha de diretor escolar.
 - c) Não houve escolha pela comunidade, não fui eleito (a) pela comunidade, mas indicado por representantes do poder público.

04. Como você caracteriza a comunidade que vive em torno da escola?
 - a) Vulnerável econômica e/ou socialmente e nada violenta
 - b) Vulnerável econômica e/ou socialmente e pouco violenta
 - c) Vulnerável econômica e/ou socialmente e muito violenta
 - d) Nem vulnerável econômica e/ou socialmente e nem violenta

05. Como você caracteriza, em sua maioria, os estudantes que frequentavam a escola antes da implementação da escola cívico-militar?
 - a) Indisciplinados.
 - b) Indisciplinados e violentos.
 - c) Interessados e participativos
 - d) Violentos.
 - e) Nenhuma das opções acima.

06. Como você caracteriza, em sua maioria, os estudantes que frequentam a escola depois da implementação da escola cívico-militar?
 - a) Indisciplinados.
 - b) Indisciplinados e violentos.
 - c) Interessados e participativos
 - d) Violentos.
 - e) Nenhuma das opções acima.

07. Havia situação de tráfico de drogas nas proximidades e entorno ou mesmo dentro da escola?
 - a) Sim, no entorno e dentro da escola havia tráfico de drogas.
 - b) Já tivemos dentro da escola o tráfico de drogas.
 - c) Não, nem no entorno e proximidades, nem dentro da escola.

08. Ainda há situação de tráfico de drogas nas proximidades e entorno ou mesmo dentro da escola?
- a) Ainda temos no entorno e dentro da escola o tráfico de drogas.
 - b) Não temos tráfico no entorno e proximidades, nem dentro da escola.
 - c) Sim, no entorno e proximidades ainda temos tráfico de drogas
09. A adesão da escola ao Programa Escola Cívico-Militar (PECIM) aconteceu na sua direção?
- a) Sim.
 - b) Não.
10. Como foi o processo de adesão da Escola para o Programa Escola Cívico-Militar (PECIM)? Enumere de 1 a 6 na ordem dos acontecimentos, sendo 1 o primeiro acontecimento e 6 o último.
- () Ficou sabendo pela Superintendência Regional de Ensino.
 - () Foi chamada pela SEE/MG para uma reunião.
 - () Foi feita uma escuta à comunidade.
 - () Foi procurada por um parlamentar.
 - () Programou com a comunidade escolar uma votação para a adesão.
 - () Recebeu a informação pelo serviço de Inspeção Escolar.
11. Depois da adesão ao Programa Escola Cívico-Militar (PECIM) ocorreu a necessidade de alterar algum documento já existente na escola (projeto político pedagógico – PPP, Regimento Escolar)
- a) Sim.
 - b) Não.
12. Com o início do Programa Escola Cívico-Militar (PECIM) você participou de alguma formação?
- a) Sim.
 - b) Não.
13. Na época da adesão ao PECIM, quantos militares passaram a integrar a administração da escola?
- a) 1.
 - b) 2.
 - c) 3.
 - d) 4.
 - e) 5.
 - f) Mais de 6.
14. Atualmente, quantos agentes militares a escola possui?
- a) 1.
 - b) 2.
 - c) 3.
 - d) 4.
 - e) 5.
 - f) Mais de 6.

15. Estes agentes militares que passaram a integrar o corpo desta escola têm formação pedagógica?

- a) Sim.
- b) Não.

16. Quantos precisamente possuem formação em Pedagogia ou Licenciatura em alguma área do conhecimento? _____

17. Quantos tem formação universitária acrescida de pós-graduação em gestão pedagógica?

18. Na maioria, agentes militares que integram ou integraram esta escola são:

- a) Oficiais (Tenente, Capitão, Major, Tenente-coronel, Coronel);
- b) Praças (Soldado, Cabo, Sargento, Subtenente);
- c) Não sei informar.

19. Em relação à direção da escola, você considera que ficou mais fácil?

- a) Sim.
- b) Não.

20. As decisões são tomadas:

- a) Entre você e os agentes militares.
- b) Entre você os agentes militares e o colegiado escolar.
- c) Entre você e o colegiado escolar.
- d) Nenhuma das alternativas.

21. Em relação às verbas, receberam aporte financeiro de outra natureza além das prescritas em lei e que já eram enviadas antes do PECIM?

- a) Sim.
- b) Não

22. Se respondeu SIM, por gentileza, especifique:

23. Pela sua experiência é possível dizer que há um aporte financeiro maior nas escolas que pertencem ao Programa Escola Cívico-Militar em relação às outras escolas?

- a) Sim
- b) Não

24. Se respondeu SIM, por gentileza, especifique:

25. Em sua avaliação como direção desta escola quais os pontos positivos do PECIM?

26. Em sua avaliação como direção desta escola quais os pontos negativos do PECIM?

27. Quer falar sobre alguma coisa que não perguntamos?

Aos professores, o questionário era composto pelas seguintes perguntas e suas respectivas opções de respostas:

01. Qual é a sua situação nesta escola?
 - a) Convocado.
 - b) Efetivo concursado.
 - c) Contratado.

02. Você já estava nesta escola antes dela aderir ao PECIM (Programa de Escolas Cívico-militares)?
 - a) Sim.
 - b) Não.

03. Se respondeu SIM, sabe nos dizer se ocorreu um processo de discussão sobre a adesão desta escola ao atual programa (PECIM)? Se respondeu NÃO na pergunta anterior marque a letra C.
 - i) Sim.
 - j) Não.
 - k) Não se aplica.

04. Se respondeu SIM, você participou desse processo? Se respondeu NÃO na pergunta anterior marque a letra C.
 - j) Sim.
 - k) Não.
 - l) Não se aplica

05. Se participou, avalia que suas contribuições foram consideradas? Se não participou marque a letra C.
 - a) Sim
 - b) Não
 - c) Não se aplica

06. Se ocorreu um processo de discussão, sabe nos dizer quais os segmentos da escola e da sociedade participaram dessas discussões? (marque quantas opções forem necessárias)
 - a) Estudantes.
 - b) Famílias de estudantes.
 - c) Políticos.
 - d) Professores.
 - e) Representantes da Secretaria de Educação.
 - f) Servidores da escola.
 - g) Outras pessoas da Comunidade Escolar.

08. Você faz ideia ou ouviu dizer qual o motivo desta escola aderir ao PECIM (Programa de Escolas Cívico- militares)?
- Casos generalizados de indisciplina.
 - Escola de comunidade periférica.
 - Presença de drogas.
 - Todos estes fatores.
 - Estes e outros fatores (Quais? _____)
07. Com a implantação do PECIM a escola perdeu professor efetivo por meio do processo de remoção?
- Sim.
 - Não.
08. Quando o Programa teve início na escola, você participou da elaboração de algum documento (proposta pedagógica, regimento escolar)?
- Sim.
 - Não.
09. Quando o Programa teve início na escola, foi imposto a você alguma norma (de conduta ou pedagógica) diferente daquelas que você estava habituado a lidar nas escolas nas quais já trabalhou? (marque quantas opções achar necessário)
- Alguma prática pedagógica.
 - Algum adereço no corpo (piercing, tatuagem, guias espirituais, ou utilização de dreds).
 - Seu modo de se vestir.
 - Caso se sinta à vontade, poderia sucintamente relatar?

10. Após a implantação do PECIM, em sua opinião:
- A comunidade atendida manteve o perfil socioeconômico.
 - Houve mudança no perfil socioeconômico da comunidade atendida.
11. Se respondeu B, o perfil aumentou na faixa de renda? Se foi A, marque a letra C.
- Sim
 - Não
 - Não se aplica
12. Você observou um aumento de vans escolares na porta da escola no seu turno de trabalho?
- Sim.
 - Não.
13. Em relação à merenda escolar, os estudantes estão trazendo mais sua própria alimentação?
- Sim.

b) Não, continuam comendo a merenda da escola.

14. Na implantação do PECIM, quantos agentes militares passaram a fazer parte da gestão da escola?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) Mais que 3

15. Atualmente, quantos agentes militares a escola possui?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) Mais que 3

16. Em relação ao tratamento das indisciplinas na escola, você observou que ficaram mais ostensivos, ou seja, se aprofundou a intolerância em relação aos casos de indisciplina?

- a) Sim.
- b) Não.

17. Como são tratados os casos de indisciplina reincidentes e que são considerados graves na escola.

- a) Advertência verbal ao estudante.
- b) Comunicação às famílias com permanência do estudante na rotina da escola.
- c) Comunicação às famílias com suspensão do estudante por um determinado período.
- d) Sugestão às famílias de retirar o estudante da escola.

18. O corpo docente e os demais servidores da escola participam dessas definições?

- a) Sim
- b) Não

19. Nos casos de advertência verbal aos estudantes, você considera que é o mesmo tratamento dado caso este estudante estivesse em uma escola estadual que não seja cívico-militar?

- a) Sim.
- b) Não

20. Se respondeu NÃO, qual a diferença percebida por você?

21. Ainda sobre a questão da advertência verbal, você vê alguma semelhança entre o tratamento dado em uma batida policial e o tratamento que o estudante recebe na escola cívico-militar por ocasião de um ato disciplinar?

- a) Sim.

b) Não.

22. Em sua opinião, como está o ambiente nesta escola?

- a) Mais acolhedor e promove efetiva aprendizagem.
- b) Mais acolhedor, mas não promove efetiva aprendizagem.
- c) Mais repressor e promove efetiva aprendizagem.
- d) Mais repressor, mas não promove efetiva aprendizagem.
- e) Não percebo alterações.

23. Quem está diretamente envolvido com o controle da disciplina no ambiente escolar?
(marque quantas alternativas forem necessárias).

- a) A gestora da Escola (Vice Direção).
- b) A supervisão pedagógica.
- c) Agentes militares.
- d) Todo corpo docente.

24. Como você percebe a atuação da direção da escola?

- a) As decisões passaram a ser coletivas, transparentes e democráticas.
- b) As decisões passaram a ser centralizadas.
- c) Não houve alteração.

25. Ainda em relação a direção da escola, você percebe uma autonomia (separação) de decisões em relação diretora eleita e os agentes militares?

- a) Sim.
- b) Não.

26. Qual a predominância dessas decisões?

- a) Diretora eleita
- b) Agentes militares
- c) Não há diferença

27. Em relação à gestão dos recursos financeiros, você tem ciência de como é o processo de utilização das verbas que chegam?

- a) Sim.
- b) Não.

28. Se você respondeu SIM na questão anterior, como você avalia esta gestão financeira?

- a) Há transparência na prestação de contas regularmente e participação da comunidade com acolhimento de sugestões.
- b) Não há transparência e nem participação da comunidade (já definido/prestação de contas deficiente).
- c) Não houve alteração.

29. Você conhece os integrantes do colegiado escolar?

- a) Sim.
- b) Não.

30. Como classifica a atuação desse órgão colegiado escolar?

- a) Bastante atuante
- b) Pouco atuante
- c) Não sei informar

31. Quais os espaços de convivências e construções democráticas direcionadas aos estudantes e professores existem atualmente nesta escola? (marque quantas alternativas achar necessário)

- a) Grêmio estudantil.
- b) Representante de turma.
- c) Representante do sindicato dos professores ou especialistas.
- d) Representante dos professores junto a gestão da escola.

32. Em relação a escola e o trabalho que você pode realizar juntos aos estudantes, como você se sente?

- a) Com mais autonomia e respaldo da direção da escola.
- b) Com uma certa tensão diante da gestão compartilhada com os agentes militares.
- c) Não houve alteração.

33. Quer falar sobre alguma coisa que não perguntamos?

O questionário aplicado aos estudantes contava com as seguintes perguntas e opções de respostas:

1. Você é estudante de qual etapa da Educação Básica?

- a) Ensino Fundamental anos finais (6º ano ao 9º ano).
- b) Ensino Médio.

2. No momento você está cursando qual ano?

- a) 6º ano – EF
- b) 7º ano – EF
- c) 8º ano – EF
- d) 9º ano – EF
- e) 3º ano – Ensino Médio

3. Você é estudante em tempo integral?

- a) Sim.
- b) Não.

4. Você trabalha?

- a) Sim.
- b) Não.

5. Você já estudava nesta escola antes da implantação do Programa Escola Cívico-militar (PECIM)?

- a) Sim.
- b) Não.

6. Você consegue perceber diferenças entre a escola anterior e a atual escola?

- a) Sim.
- b) Não.

7. Se marcou SIM, conte-nos quais diferenças você percebe.

8. Você pode nos contar alguma coisa que tenha nesta atual escola e não em nenhuma outra escola que você já estudou?

9. Quais das situações abaixo existem atualmente na escola? (marque quantas opções você achar necessárias).

- a) Eleição para representantes de turmas.
- b) Eleição para professor referência da turma.
- c) Formação de Grêmio Estudantil.
- d) Outra que você pode citar: _____

10. Em relação ao uniforme escolar, você gostou da troca do antigo uniforme para o atual?

- a) Sim.
- b) Não.

11. Se você marcou o NÃO, pode dizer o porquê?

12. Em relação aos momentos que você não está dentro da sala de aula e nem está na prática de Educação Física, você pode circular livremente pela escola ou praticar algum jogo ou brincadeira no pátio?

- a) Sim.
- b) Não.

13. Alguma vez, alguém na Escola Cívico-militar chamou sua atenção por causa de algum item descrito abaixo? (você pode marcar quantos achar necessário).

- a) Cor da sua pele.
- b) Cor do seu cabelo.
- c) Piercing no corpo.
- d) Tamanho do seu cabelo.

- e) Tipo do seu cabelo.
- f) Uso de tatuagem.
- g) Uso de algum acessório que mostrava sua religião (guias, crucifixo, bíblia).

13. Se você marcou algum item acima a escola te obrigou a tomar alguma providência?
Qual?

15. Você já sofreu algum constrangimento dentro da escola por parte dos agentes militares?
a) Sim.
b) Não.

16. Se respondeu SIM, conte o que aconteceu.

17. Você já presenciou algum colega ser constrangido por algum agente militar dentro da escola?
a) Sim.
b) Não.

18. Se respondeu SIM, conte o que aconteceu.

19. Nesta escola, além das atividades comemorativas previstas no calendário escolar, são oferecidas outras atividades extracurriculares (atividades esportivas, culturais e artísticas)?
a) Sim.
b) Não.

20. Antes do início das aulas e da entrada às salas, há alguma atividade coletiva desenvolvida no pátio da escola?
a) Sim.
b) Não.

21. Se respondeu SIM, qual é a atividade?

22. E dentro da sala de aula, tem alguma atividade ou postura que você é obrigado a fazer quando recebe alguma visita?
a) Sim.
b) Não.

23. Se respondeu SIM, qual é a atividade ou a postura?

24. Quando ocorre confusões provocadas por estudantes ou algum estudante deixa de cumprir um combinado o que poderá acontecer a esta pessoa (enumere pela ordem dos acontecimentos)

Advertência verbal

Comunicação às famílias dos envolvidos

Suspensão do estudante

Conversa com os estudantes envolvidos

Expulsão do estudante para outra escola.

Outros _____ (Cite: _____)

25. Em sala de aula, estudantes se sentam em lugar determinado pela escola e somente trocam de lugar com autorização?

a) Sim.

b) Não.

26. Em quais das situações descritas abaixo, você precisa da autorização de um professor ou de um auxiliar de corredor ou pátio? (marque quantas opções achar necessárias)

a) Na troca de horário de professores.

b) Quando chega atrasado à escola.

c) Quando está passando mal.

d) Quando precisa ir ao banheiro.

e) Em _____ que _____ outra _____ situação _____ (Cite: _____)

27. Como você se desloca até a escola?

a) Caminhando.

1) até 10 minutos

2) entre 10 e 20 minutos

3) entre 20 e 30 minutos

4) mais de 30 minutos

b) Transporte coletivo (com pagamento).

c) Transporte coletivo (fornecido pelo governo).

d) Transporte privado (de propriedade da sua família).

e) Transporte público (ônibus ou metrô).

28. Sobre seus estudos e sua aprendizagem, você se sente:

a) com maior realização agora.

b) com menor realização agora.

c) sem alteração.

28. Quer falar sobre alguma coisa que não perguntamos?